

EDITORIAL

A Revista Contemporânea de Educação tem passado por intenso processo de aperfeiçoamento nos últimos dois anos. Migramos a revista para o Portal de Revistas da UFRJ no sentido de garantir mais segurança e estabilidade ao sistema de acesso, reduzimos o tempo médio entre a submissão e a avaliação dos artigos, e tivemos a participação, nos últimos dois anos, de 6 autores internacionais (França, Inglaterra, Argentina, Itália e Portugal). Ampliamos o número de indexadores e, recentemente, obtivemos o DOI (*Digital Object Identifier*). Do ponto de vista da política editorial, estamos em processo de aumentar o número de editores de seção com pesquisadores externos à UFRJ. Queremos com essa ação aumentar a capilaridade da revista no campo científico da educação e o rigor na medida em que esses editores de seção atuarão nos processos de escolha dos pareceristas e de consolidação dos pareceres.

Este número conta com 12 artigos originais, que podem ser agrupados em três grandes eixos, a saber: educação e estrutura social, educação e trabalho e o currículo em suas diferentes expressões. Abrimos esse número com o artigo de Emiliano Gambarotta, da Universidade Nacional de La Plata, no qual o autor recupera as análises bourdieusianas sobre a dominação social e, em especial, como esta se reflete no sistema educacional; no mesmo compasso, estabelece um debate com as críticas formuladas por Henry Giroux a teoria de Bourdieu.

O segundo eixo presente é a relação entre educação e trabalho. O artigo de Cláudia Borges Costa (UNB), Nayara Cristina Carneiro de Araújo (UERJ) e Miriam Fábria Alves (UFG) trata da centralidade que a qualificação trabalho assume no retorno dos jovens das camadas populares à escola. Os participantes da pesquisa são alunos matriculados no Proeja-FIC/Pronatec da rede municipal de Goiânia/GO. A análise em tela e os dados apresentados provocam a reflexão sobre os sentidos da escola para os jovens que tiveram algum tipo de insucesso nas suas

trajetórias escolares progressas. Esses jovens necessitam de um mínimo de qualificação para conseguir um posto de trabalho em um mercado que não pode prescindir dos conhecimentos básicos da leitura e da escrita. Em outra direção, o texto aponta que, apesar dessa imposição do mercado, as políticas educacionais estão muito distantes do patamar necessário das necessidades de ensino-aprendizagem e os sistemas educacionais ainda continuam produzindo analfabetos funcionais, reprovação e abandono escolar. Nessa direção, indicam que o trabalho e os processos de qualificação profissional são categorias que devem ser tratadas com a justa medida nas políticas educacionais que intencionam resgatar os jovens que abandonaram à escola e/ou tiveram insucesso na escolarização progressa. Neste eixo ainda, o texto de Virgínia Teles Carneiro (UFCEG) e Sônia Maria Rocha Sampaio (UFBA) trata dos dilemas enfrentados na transição entre a universidade e a inserção no mercado de trabalho. Aqui as autoras tratam de um grupo distinto do que foi analisado no artigo anterior, isto é, dos indivíduos bem-sucedidos no sistema escolar. O trabalho e a inserção no mercado de trabalho – até para esses que possuem qualificação universitária e, portanto, mais chances de obterem sucesso – apresentam-se como uma das questões centrais na vida desses estudantes. Essas temporalidades que marcam essa transição são encaradas para os universitários do último período e para os jovens recém-formados como uma fase de incertezas, de angústias e de expectativa de retorno do investimento realizado. O artigo embora trate da transição envolvendo o modo como os estudantes de psicologia tornam-se psicólogos profissionais, esse estudo – guardadas as diferenças oferecidas no mercado para as diferentes formações universitárias – possui algum poder heurístico em relação a outras carreiras e, também, pode iluminar outros estudos da mesma natureza. O último eixo presente nesse número trata do tema dos currículos. Essa é uma área ampla de investigação e que abarca diferentes perspectivas na construção dos objetos de estudo. Os textos nesse eixo abordam as análises, os debates e as experiências. O primeiro bloco é formado por dois artigos que tratam o ensino virtual. O artigo de Alessandra Rodrigues (UNIFEI) e Rita de Cássia Magalhães Trindade Stano (UNIFEI) analisam a experiência desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (Mestrado Profissional), e não somente contribuem para alargar os entendimentos sobre as tecnologias na educação no espaço virtual como também provocam a reflexão do uso desse espaço de aprendizagem na formação docente. Em outra direção, o artigo de Leonardo Villela de Castro (UNIRIO) discute que um dos efeitos da disseminação do modelo EAD incide na precarização do trabalho docente na medida em que os direitos trabalhistas desses professores são sequestrados pelo tipo de relação de trabalho estabelecida nessa modalidade de ensino. E, além de pensar acerca dos modelos

pedagógicos dessa modalidade de ensino, o autor destaca que o tema do trabalho docente no EAD deve se tornar pauta importante no movimento sindical.

Outros demais artigos abordam o currículo como objeto de estudo a partir de diferentes locais ou perspectivas de observação. O artigo de José Roberto Franco Reis (FIOCRUZ) e Camila Furlanetti Borges (FIOCRUZ) analisa a dimensão da formação política dos alunos do Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da FIOCRUZ. O objetivo central do texto é promover a reflexão sobre a centralidade do papel da formação política desses trabalhadores da saúde em nosso país, marcado pela desigualdade histórica e estrutural. O artigo de Marcos Carneiro da Silva problematiza o afastamento e as aproximações entre as teorias educacionais do currículo e o debate curricular da disciplina Educação Física na escola. Esse autor sugere que existe certa resistência do campo da Educação Física escolar em relação ao debate mais amplo do campo do currículo. E tal resistência, em tese, ancora-se no argumento da especificidade da disciplina. A posição adotada pelo autor, pautada no debate de Ivor Goodson, implica argumentar que o diálogo mais estreito entre as teorias de currículo e a Educação Física escolar pode ser fecundo para pensar tanto a especificidade disciplinar quanto o papel mais amplo da escolarização. O artigo seguinte, de Mariângela Costa Schneider (Univates), Jacqueline Silva da Silva (Univates) e Rogério José Schuck (Univates), aborda a experiência de uma Professora da Educação Infantil que, mediante Estratégias de Ensino da Investigação e da Documentação, favoreceu o protagonismo infantil no caso estudado. O artigo de Jairo de Carvalho Guimarães (UFPI) e de Renato José de Oliveira (UFRJ), por sua vez, assevera que a tarefa do docente universitário não pode prescindir da incorporação e do acionamento dos princípios éticos diante de um mundo globalizado. Dessa forma, no espaço de atuação da sala de aula, o docente deveria utilizar seus recursos argumentativos para formar universitários proativos e autônomos diante da sociedade e do mercado do trabalho.

Fechamos o número com três textos de natureza histórica que abordam a dimensão do currículo em diferentes instituições e contextos. O artigo de Crislane Barbosa Azevedo (UFRN) e de Rosa Milena Santos (UFRN) analisa os passeios extraclasse dos grupos escolares como uma dimensão curricular de escolas no Rio Grande do Norte no início do século XX. Nessa direção, as autoras utilizaram documentos para reconstruir esse espaço curricular de apropriação de saberes em uma escola que marcava o moderno ensino público da época. O texto de autoria de Janote Pires Marques (FATE), na esteira dos debates curriculares, ainda que isso não seja explícito, analisa o papel dos rituais na formação do oficialato nas escolas militares do Exército brasileiro. O artigo de Ângela Maria Souza Martins

(UNIRIO) e Nailda Marinho da Costa (UNIRIO) trata de apresentar as tensões, divergências e pistas sobre o movimento feminista no Brasil a partir das cartas trocadas entre Maria Lacerda de Moura a Bertha Lutz no período de 1920 a 1922. Esse texto, a partir da perspectiva ginzburgiana, estabelece a relação entre as trajetórias individuais e coletivas destas mulheres pioneiras. Todavia, cabe a seguinte ressalva: o texto, ao tratar de mulheres ilustres e protagonistas dos direitos femininos, em um determinado tempo histórico e social, deixa a lacuna para pensarmos como as mulheres comuns se deslocavam, pensavam e ocupavam o espaço público naquele contexto. Esse conjunto de artigos, nesse eixo, oferece elementos para observarmos a fecundidade do campo da história da educação como área de investigação.

O número também traz duas resenhas. Uma delas é da obra *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna* de Celso Ferrarezi Júnior, resenhada por Vicentônio Regis do Nascimento Silva (UEL). A obra trata sobre a didática do ensino da Língua Portuguesa em diferentes etapas educacionais, problematiza quais as metodologias devem ser utilizadas pelos docentes junto aos discentes, defendendo o ensino de Língua Portuguesa distante da repetição de regras gramaticais; assim, convida os professores a estimularem o discente a participar da disciplina, o que é fundamental. O outro livro resenhado é *A Escola Pública Aposta no Pensamento*, organizado por Walter Kohan e Beatriz Olarieta. A resenha foi escrita por Fernanda Omelzuck (UFRJ). A obra relata a experiência do projeto *Em Caxias, a filosofia en-caixa?*, oportunizando que sejam feitas novas reflexões e que se estabeleçam outras formas de relações, sendo voltada para qualquer professor com seu saber, com seus alunos, com seu espaço de trabalho, com suas íntimas indagações e sentidos. O projeto é uma aposta no invisível – lugar de onde toda materialidade se origina: o pensamento. Ambas as obras trazem importantes contribuições para o campo educacional em seus diferentes aspectos teóricos e práticos.

O número encerra com a entrevista, de cunho historiográfico, da Professora Libânea Xavier sobre o “I Programa Especial de Educação (1983-1986)”, realizada por Sheila Cristina Monteiro Matos (UERJ). Na entrevista, a professora aborda a criação do “I Programa de Educação no contexto do Regime Militar (I PEE)” e as articulações políticas necessárias para a sua viabilização, desvelando tensões e contradições vivenciadas na implementação do programa. Convidamos os leitores a realizarem a leitura dos artigos e das resenhas em tela para que possamos estabelecer uma comunidade de debates nesse canal de divulgação científica.

Antonio Jorge Gonçalves Soares
Jordanna Castelo Branco